

Governo aumentará impostos e cortará

JORNAL DO BRASIL

mais despesas

Mário Rosa

BRASÍLIA — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, entrega na tarde da próxima segunda-feira ao presidente Fernando Collor uma nova série de medidas para assegurar o equilíbrio das contas públicas em 1991. Segundo um graduado assessor da ministra, o novo pacote fiscal prevê um reforço de cerca de US\$ 5 bilhões para o caixa do Tesouro, a serem obtidos em sua maior parte através do corte de gastos do governo. Com o aumento da arrecadação de impostos, incluído no pacote, a equipe econômica pretende obter pelo menos US\$ 1 bilhão. As medidas só serão definidas neste fim de semana, em reuniões de Zélia com sua equipe em São Paulo, mas as opções em análise já são consensuais e não devem se afastar da meta dos US\$ 5 bilhões.

A ser examinado no mesmo dia em que o governo se reúne com trabalhadores e empresários para mais uma etapa do entendimento nacional, o pacote representa também mais um sinal da intenção do presidente Collor de reduzir a atividade econômica, para diminuir a inflação, já que cerca de 80% das medidas estão calcadas no corte de despesas públicas. De acordo com um funcionário graduado do Ministério da Economia, os pequenos e médios contribuintes não serão atingidos pelo novo ajuste, que deverá se concentrar nos assalariados de renda mais alta e no aumento da cobrança de tributos das empresas. Algumas das medidas fiscais a serem levadas pela ministra da Economia ao presidente Collor precisarão ser submetidas à aprovação do Congresso Nacional.

Estatais — Em sua maior parte, os atos que carecem da aprovação do Legislativo estão relacionados com o aumento de impostos e devem chegar ao exame das lideranças partidárias no início da próxima semana. O Congresso terá de aprová-las até o final do ano, já que a Constituição proíbe que qualquer medida na área tributária seja editada e comece a vigorar no mesmo ano. Como o objetivo do governo é manter o equilíbrio do orçamento para 1991, o pacote terá que ser aprovado pelos parlamentares até o dia 31. O pacote fiscal, de acordo com um assíduo interlocutor do presidente Collor, não será objeto de negociação na mesa do entendimento nacional.

Embora os representantes de empresários e trabalhadores tenham apresentado uma proposta que prevê a eliminação da bitributação, que ocorreria no caso do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, cobrado pelos estados) e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados, arrecadado pela União), a disposição do governo é de não acatar sugestões que impliquem redução na receita de impostos. Segundo um importante assessor da área econômica, um dos principais instrumentos de controle de gastos embutidos no pacote vai ser aplicado sobre as empresas estatais. Uma das idéias em estudo é submeter as despesas e receitas das estatais a um acompanhamento mais severo pelo SIAFI, como é conhecido o sistema de controle orçamentário do governo federal.